



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO PARA

**MEMBRO
DE MP**

Simulado Especial

1º Simulado – Membro do MP

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos de membro do Ministério Público;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Membros-do-MP-13-09-20>

| | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

DIREITO PENAL

Flavio Milhomem

1. O art. 5º, II, da Constituição Federal dispõe que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. E, com a mesma redação do art. 1º do Código Penal; o art. 5º, XXXIX, da CF, anuncia que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. A partir do texto constitucional, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I- O conteúdo essencial do princípio da legalidade se traduz em que não pode haver crime, nem pena que não resultem de uma lei prévia, escrita, estrita e certa.

II- O princípio da legalidade estrita não cobre, segundo a sua função e o seu sentido, toda a matéria penal, mas apenas a que se traduz em fixar, fundamentar ou agravar a responsabilidade do agente.

III- Face ao fundamento, à função e ao sentido do princípio da legalidade, a proibição de analogia vale relativamente a todos os tipos penais, inclusive os permissivos.

IV- A proibição de retroatividade da lei penal funciona apenas a favor do réu, não contra ele.

V- O princípio da aplicação da lei mais favorável vale mesmo relativamente ao que na doutrina se chama de “leis intermediárias”; leis, isto é, que entraram em vigor posteriormente à prática do fato, mas já não vigoravam ao tempo da apreciação deste.

- a) Apenas uma proposição está errada;
- b) Estão corretas apenas as proposições I, IV e V;
- c) Estão corretas apenas as proposições I, II, III e IV;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Apenas três das proposições estão corretas.

2. No dia 23 de janeiro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 13.964/19, o chamado Pacote Anticrime, que promoveu diversas alterações na legislação penal e processual penal brasileira. Dentre as alterações encontra-se a exigência de representação para o ajuizamento da ação penal no crime de estelionato (CP, Art. 171, §5º) e o aumento do tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade (CP, Art. 75). Acerca da aplicação da lei penal no tempo e da irretroatividade da lei penal, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I De acordo com o STJ, a exigência de representação para ação por estelionato não afeta os processos em curso.

II À lei penal mais severa aplica-se o princípio da ultra-atividade.

III À lei penal mais benéfica aplica-se o princípio da extra-atividade.

IV O limite máximo de 40 anos para o cumprimento de pena privativa de liberdade pode ser aplicado a fatos anteriores à entrada em vigor do Pacote Anticrime.

V À lei penal mais severa aplica-se o princípio da retroatividade mitigada.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 3 assertivas
- e) Estão corretas 4 assertivas

3. Enquanto o crime pode ser conceituado como o comportamento humano causador de relevante e intolerável lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado; o conceito analítico de crime comporta três elementos, a saber: Tipicidade, Ilicitude e Culpabilidade. No que toca aos elementos do crime, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I a inexigibilidade de conduta diversa constitui causa supralegal de exclusão da ilicitude.

II o dolo e a culpa integram, respectivamente, a tipicidade e a culpabilidade, segundo a teoria finalista da ação.

III o chamado princípio da insignificância exclui a tipicidade formal da conduta.

IV a coação moral irresistível constitui causa de exclusão da antijuridicidade.

V o consentimento do ofendido pode conduzir à exclusão da tipicidade.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 3 assertivas
- e) Estão incorretas todas as assertivas

4. Crimes omissivos são aqueles nos quais o agente viola o mandamento preceptivo constante do tipo penal; isto é, deixa de fazer aquilo que a lei determina e, portanto, assume a responsabilidade pela sua inação.

Acerca do crime omissivo próprio, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I Os crimes omissivos próprios são os cujo tipo descreve a conduta omissiva de forma direta, e por isso não é necessária a incidência do art. 13, § 2º, do CP.

II Os crimes omissivos próprios podem ser praticados a título doloso ou culposo.

III Crimes omissivos próprios são crimes de mera conduta.

IV Os crimes omissivos próprios não admitem tentativa.

V Crimes omissivos próprios são crimes de resultado; e que, portanto, admitem tentativa.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está incorreta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 3 assertivas
- e) Estão incorretas todas as assertivas

5. A propósito da prescrição, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre enquanto o agente cumpre pena no exterior;

II Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, em qualquer hipótese;

III Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal;

IV Tendo em vista que o artigo 117 do Código Penal, nos incisos I, II, III, IV, V e VI, elenca as causas interruptivas da prescrição, nesses casos, interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.

V Em caso de revogação do livramento condicional, a prescrição é regulada pelo resto de pena a cumprir.

- a) Apenas uma proposição está errada;
- b) Estão corretas apenas as proposições IV e V;
- c) Estão corretas apenas as proposições II e V;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Apenas uma das proposições está correta.

6. Acerca dos crimes contra a vida, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I Em relação ao crime de infanticídio, a lei brasileira não adotou o critério psicológico, mas sim o critério fisiopsicológico, levando em conta o desequilíbrio oriundo do processo do parto.

II No que concerne ao crime de homicídio, é possível a coexistência das circunstâncias privilegiadoras com as qualificadoras de natureza objetiva.

III O homicídio qualificado-privilegiado, nos termos da jurisprudência predominante do STJ, é considerado crime hediondo, porque a qualificadora prepondera sobre o privilégio, pois este é mera causa de diminuição da pena.

IV A qualificadora do chamado homicídio funcional, de acordo com o texto legal, só abrange o vínculo consanguíneo, de forma que ela não incide se a vítima for o filho adotivo do agente de segurança.

V É incompatível o crime de homicídio simples tentado com o caráter hediondo.

- a) Apenas uma proposição está errada;
- b) Estão corretas apenas as proposições I, II e IV;
- c) Estão corretas apenas as proposições II e V;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Apenas uma das proposições está correta.

7. Acerca do crime de roubo, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I Com a entrada em vigor do Pacote Anticrime, o crime de roubo com arma branca passou a ser roubo qualificado.

II O crime de roubo, praticado com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, terá a pena duplicada em relação ao roubo simples.

III A Lei nº 13.964/19 transformou em crime hediondo o crime de roubo praticado com arma de

fogo de uso restrito, mas não aquele praticado com arma de fogo de uso permitido.

IV O roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (CP, art. 157, § 2º, inciso V) é considerado crime hediondo.

V Há latrocínio tentado quando o homicídio se consuma, mas o agente não realiza a subtração de bens da vítima.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 3 assertivas
- e) Estão corretas 4 assertivas

8. No que toca aos crimes contra a dignidade sexual, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I A conduta do agente que, aproveitando-se da lotação do coletivo, masturbou-se e ejaculou no corpo de passageira, constitui o crime de estupro de vulnerável, caso esta seja menor de idade.

II A prática de passar as mãos nas coxas e seios da vítima menor de 14 anos, por dentro de sua roupa, não pode ser tipificado como crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal), haja vista que não houve a conjunção carnal.

III O estupro (art. 213 do Código Penal) é tipo penal misto alternativo. Logo, se o agente, no mesmo contexto fático, pratica conjunção carnal e outro ato libidinoso contra uma só vítima, pratica um só crime do art. 213 do Código Penal.

IV somente no crime de estupro, praticado mediante violência real, é que a ação penal é pública incondicionada. Nas demais modalidades de violência, trata-se de crime de ação penal condicionada a representação.

V O estupro coletivo é aquele praticado mediante concurso de três ou mais pessoas.

- a) Apenas uma proposição está errada;
- b) Estão corretas apenas as proposições IV e V;
- c) Estão corretas apenas as proposições II e V;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Apenas uma das proposições está correta.

9. A respeito dos crimes contra a fé pública, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I - O advogado que instrui a testemunha a dar depoimento falso deve responder pelo crime de falso testemunho, muito embora se trate de crime de mão própria.

II - O autor que, preso em flagrante delito pela prática do crime de roubo, atribui-se falsa identidade perante a autoridade policial, a fim de ocultar seus maus antecedentes ou mesmo a fim de se eximir de eventual responsabilidade penal, comete o crime de falsa identidade (CP, art. 307), ainda que alegue ter agido em situação de autodefesa, sendo este o entendimento dominante dos Tribunais Superiores.

III - Há sempre concurso entre os crimes de falsificação de documento público e estelionato, segundo entendimento do sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

IV - Configura crime de falsificação de documento particular o ato de falsificar, no todo ou em parte, testamento particular, duplicata e cartão bancário de crédito ou débito.

V - Assim como nos demais crimes não patrimoniais em geral, os delitos contra a fé pública são incompatíveis com o instituto do arrependimento posterior, dada a impossibilidade material de haver reparação do dano causado ou a restituição da coisa subtraída.

- a) Apenas uma proposição está errada;

- b) Estão corretas apenas as proposições I, II e V;
- c) Estão corretas apenas as proposições I, IV e V;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Apenas duas das proposições estão corretas.

10. Tendo em conta os crimes contra a honra, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I Não constitui difamação ou calúnia punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.

II A falta de previsibilidade de que a ofensa chegue ao conhecimento da vítima afasta o dolo específico do delito de injúria, tornando a conduta atípica.

III É cabível a exceção da verdade na difamação e na injúria.

IV Há isenção de pena se o querelado, antes da sentença, se retrata cabalmente da difamação ou da injúria.

V É possível a propositura de ação penal privada no caso de servidor público ofendido em razão do exercício de suas funções.

- a) Apenas uma proposição está correta;
- b) Estão corretas apenas as proposições IV e V;
- c) Estão corretas apenas as proposições I, II, III e IV;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Apenas três das proposições estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Guilherme Rezende

11. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa incorreta:

a) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Ministério Público, que exercerá o controle externo da atividade policial e velará pela oficiosidade da persecução penal.

b) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

c) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

e) Para os casos em que servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144, da Constituição Federal figurem como investigados e cujo objeto foi investigação de fatos relacionados ao uso de força letal praticados no exercício profissional, o investigado deverá ser citado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da citação.

12. Sobre o tema prova, assinale a alternativa incorreta:

a) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

b) Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

c) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

d) Dispensa-se a preservação do local de crime no qual seja detectada a existência de vestígio, se se tratar de local com intenso fluxo de pessoas e veículos.

e) O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.

13. Sobre o tema prova, assinale a alternativa incorreta:

a) O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado.

b) Com a promulgação da lei 12.965/2014, o marco civil da internet, o juiz poderá, para conferir celeridade ao ato, de ofício ou a requerimento das partes, realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

c) Do interrogatório deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

d) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

e) Havendo mais de um acusado, serão interrogados separadamente.

14. Sobre o tema prova, assinale a alternativa incorreta:

a) As irregularidades relativas ao reconhecimento pessoal do acusado ensejam nulidade, devendo ser observadas, obrigatoriamente, as formalidades previstas no art. 226 do CPP.

b) As provas inicialmente produzidas na esfera inquisitorial e reexaminadas na instrução criminal, com observância do contraditório e da ampla defesa, não violam o art. 155 do Código de Processo Penal - CPP visto que eventuais irregularidades ocorridas no inquérito policial não contaminam a ação penal dele decorrente.

c) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

d) A propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos de materialidade e de autoria, de modo que a certeza deverá ser comprovada durante a instrução probatória, prevalecendo o princípio do in dubio pro societate na fase de oferecimento da denúncia.

e) O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância.

15. Assinale a alternativa incorreta:

a) É possível a determinação de interceptações telefônicas com base em denúncia anônima, desde que corroborada por outros elementos que confirmem a necessidade da medida excepcional.

b) A garantia do sigilo das comunicações entre advogado e cliente não confere imunidade para a prática de crimes no exercício da advocacia, sendo lícita a colheita de provas em interceptação telefônica devidamente autorizada e motivada pela autoridade judicial.

c) No flagrante esperado, a polícia tem notícias de que uma infração penal será cometida e passa a monitorar a atividade do agente de forma a aguardar o melhor momento para executar a prisão, não havendo que se falar em ilegalidade do flagrante.

d) Para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, quando houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, sendo vedadas às infrações penais conexas.

e) A captação ambiental não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.

16. Sobre as medidas cautelares, assinale a alternativa incorreta:

a) As medidas cautelares diversas da prisão, por serem mais benéficas do que a prisão, prescindem de fundamentação para sua imposição.

b) A citação por edital do acusado não constitui fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva, uma vez que a sua não localização não gera presunção de fuga.

c) A prisão preventiva não é legítima nos casos em que a sanção abstratamente prevista ou imposta na sentença condenatória recorrível não resulte em constrição pessoal, por força do princípio da homogeneidade.

d) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

e) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

17. Sobre o tribunal do júri, assinale a alternativa incorreta:

a) A exclusão de qualificadora constante na pronúncia só pode ocorrer quando manifestamente improcedente e descabida, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri.

b) Viola o princípio da soberania dos veredictos a anulação parcial de decisão proferida pelo Conselho de Sentença acerca da qualificadora sem a submissão do réu a novo Júri.

c) Viola o dever de motivação das decisões judiciais, a sentença de pronúncia que se limita à indicação da materialidade do delito e aos indícios de autoria.

d) Compete ao Tribunal do Júri decretar, motivadamente, como efeito da condenação, a perda do cargo ou função pública, inclusive de militar quando o fato não tiver relação com o exercício da atividade na caserna.

e) A leitura em plenário do júri dos antecedentes criminais do réu não se enquadra nos casos apresentados pelo art. 478, incisos I e II, do Código de Processo Penal, inexistindo óbice à sua menção por quaisquer das partes.

18. Sobre recursos, assinale a alternativa incorreta:

a) O efeito devolutivo amplo da apelação criminal autoriza o Tribunal de origem a conhecer de matéria não ventilada nas razões recursais, desde que não agrave a situação do condenado.

b) A apresentação extemporânea das razões impede o conhecimento do recurso de apelação, pela intempestivamente, que constitui pressuposto recursal.

c) Não cabe mandado de segurança para conferir efeito suspensivo ativo a recurso em sentido estrito interposto contra decisão que concede liberdade provisória ao acusado.

d) A ausência de contrarrazões ao recurso em sentido estrito interposto contra decisão que rejeita a denúncia enseja nulidade absoluta do processo desde o julgamento pelo Tribunal de origem.

e) Aplica-se o princípio da fungibilidade à apelação interposta quando cabível o recurso em sentido estrito, desde que demonstrada a ausência de má-fé, de erro grosseiro, bem como a tempestividade do recurso.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Alex Fadel

19. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) O crime de vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial previsto no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, é punido a título de dolo e de culpa.

b) O crime de misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os demais mais alto custo; previsto no artigo 7º, inciso III, da Lei nº 8.137/90, é punido a título de dolo e de culpa.

c) Nos crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo previstos na Lei nº 8.137/90, constitui causa de aumento de pena ser o crime praticado em relação à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde.

d) Se alguma conduta do artigo 7º da Lei n.º 8.137/90 ocasionar grave dano à coletividade ocorrerá agravamento de 1/3 (um terço) até a metade da pena prevista.

e) Nos crimes funcionais previstos na Lei nº 8.137/90, constitui causa de aumento de pena ser o crime cometido por servidor público no exercício de suas funções.

20. De acordo com a Lei nº 11.343/2006 e entendimentos consolidados da doutrina e jurisprudência:

a) São requisitos alternativos e objetivos para o reconhecimento do tráfico privilegiado que o agente seja primário, de bons antecedentes, que não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

b) O crime previsto no artigo 28 é doloso, instantâneo e material.

c) O indiciado, acusado ou condenado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime ou na recuperação total ou parcial do produto do crime, poderá ser isento de pena ou ter a pena reduzida de um terço a dois terços.

d) A condenação transitada em julgado pelo artigo 28 gera reincidência, no caso de condenação posterior por qualquer outro crime, desde que cumpridos os demais requisitos para tanto.

e) A causa de diminuição de pena do artigo 33 §4º só é aplicável aos crimes previstos no artigo 33 caput e §1º e retira o caráter hediondo da conduta.

21. Com relação à Lei n.º 12.850/2013, é correto afirmar que:

- a) Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão formal de tarefas, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- b) O que diferencia o crime de organização criminosa daquele disposto no artigo 288 do Código Penal (associação criminosa) é tão somente o número de pessoas reunidas para se cometer crimes;
- c) o crime de organização criminosa se consuma com a prática, por algum membro da organização, de qualquer ilícito com pena máxima superior a quatro anos.
- d) A pena do crime previsto no artigo 2º da Lei é aumentada de 1/6 a 2/3 para quem exerce o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução;
- e) A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena.

22. Sobre a colaboração premiada prevista na Lei n.º 12.850/13, é correto afirmar que:

- a) não se trata de um negócio jurídico processual, pois não pode haver negociação na esfera processual penal.
- b) nas tratativas da colaboração, a presença de defensor técnico para o colaborador é prescindível
- c) O acordo de colaboração premiada poderá ser precedido de instrução, quando houver necessidade de identificação ou complementação de seu objeto, dos fatos narrados, sua definição jurídica, relevância, utilidade e interesse público.
- d) O juiz poderá, de ofício, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, ainda que dessa colaboração não advenha algum dos resultados dispostos no artigo 4º da lei;
- e) Se a colaboração premiada ocorrer após a sentença penal condenatória, poderá haver o perdão judicial ou a redução da pena em 2/3, sendo ainda admitida a progressão de regime, ainda que ausentes os requisitos objetivos.

23. De acordo com as recentes alterações legislativas na Lei de Execução Penal, julgue as seguintes afirmativas:

- I – O RDD (artigo 52 da LEP) terá duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada;
- II – Ao preso submetido ao RDD, as visitas serão quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez.
- III – O contato físico com pessoa da família, bem como o sigilo das correspondências, são direitos

assegurados a todos os presos, provisórios e condenados, ainda que sob o regime do RDD;

IV – O preso somente poderá ser incluído no RDD numa das seguintes situações: se praticar fato previsto como crime doloso que ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, ou que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade; se recair fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, independentemente da prática de falta grave.

Está(ão) incorreta(s) somente a(s) afirmativa(s):

- a) I
- b) I e III
- c) I, II, IV
- d) I, III e IV
- e) III

24. X foi condenado por praticar um crime de furto em um caixa eletrônico mediante a utilização de explosivos. Ele é tecnicamente primário, confessou a prática e delatou os coautores e partícipes. Aponte a alternativa correta:

- a) X terá que cumprir 40% da pena aplicada para que consiga a progressão de regime;
- b) Se a condenação for inferior a 8 anos de prisão, é vedado ao juiz determinar o início do cumprimento de pena em regime semiaberto, por expressa vedação do artigo 2º, §1º, da Lei dos Crimes Hediondos.
- c) alcançado o ‘quantum’ devido para o livramento condicional, o magistrado poderá aplicar o benefício, independentemente da manifestação da defesa;

d) X terá que cumprir 50% da pena para progredir ao regime menos gravoso.

e) Tempestivamente, X recorreu da sentença condenatória. Portanto, não poderá ficar preso, nem provisoriamente.

25. W foi condenado por porte de acessórios e munições de uso permitido, fato este ocorrido em janeiro de 2019. É primário. Não houve substituição desta pena por alternativas, por alguma razão devidamente fundamentada na sentença. Z foi condenado por porte de arma de fogo de uso proibido, tendo o crime ocorrido em fevereiro de 2020. Também é primário. Com base nestas informações e no estudo da Lei n.º 7210/84, pode-se afirmar que:

- a) Com relação a W, não se aplica a atual redação do artigo 112, I, da LEP, que estipula o cumprimento de 16% da pena para fins de progressão de regime, eis que a redação anterior, vigente à época do crime, é benéfica ao condenado (ultratatividade de lei penal favorável).
- b) W terá que cumprir 25% da pena para fins de progressão de regime, pois o fato de portar arma de fogo já representa uma ameaça à população.
- c) Z terá que cumprir 40% da pena para pleitear a progressão a regime prisional menos gravoso;
- d) Quando ocorreram os crimes é informação desnecessária e irrelevante para se apurar a porcentagem da pena a ser cumprida para fins de progressão de regime, eis que a LEP tem natureza de norma processual penal, portanto vigora o princípio do “tempus regit actum”.

e) Ainda que W fosse condenado por porte de apenas munições e acessórios de uso restrito, o lapso temporal para fins de progressão de regime seria o de 60%, pois ainda assim se trataria de crime hediondo.

26. De acordo com os meios de obtenção de prova e investigação previstos em leis especiais, pode-se afirmar que:

- a) A ação controlada prevista nos artigos 3º, inciso III, e 8º da Lei n.º 12.850/2013 (Lei de combate à Organização Criminosa) pressupõe previa autorização judicial e pronunciamento do MINISTÉRIO PÚBLICO;
- b) Nos exatos termos do artigo 8º-A da Lei n.º 9296/96, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a escuta ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, sendo que referida interceptação poderá durar 15 dias prorrogáveis.
- c) Para a infiltração de agentes de polícia virtuais é necessário, de acordo com o artigo 10-A da Lei n.º 12.850/2013, a demonstração da necessidade da medida e a indicação do alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas, dentre outros requisitos ali especificados.
- d) o agente policial infiltrado jamais responderá por algum crime durante o período de tempo em que permanecer infiltrado na organização criminosa.
- e) Na Lei n.º 11.343/06 (Lei de Drogas) exige-se somente a prévia comunicação da autoridade policial com relação à ação controlada.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

27. Leia os textos a seguir:

A menina capixaba de dez anos que engravidou após ter sido estuprada de forma recorrente no Espírito Santo está fora de perigo após realizar legalmente um aborto. O quadro de saúde dela é estável após o procedimento médico para interromper a gestação. O procedimento de aborto foi iniciado no domingo (16) em uma maternidade pública do Recife sob protestos de grupos católicos e evangélicos, liderados por parlamentares conservadores, e concluído nesta segunda. Ela precisou sair de seu estado porque o hospital procurado pela família em Vitória, o Hucam (Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes), negou-se a fazer o procedimento legal com urgência. Liderados pelos parlamentares Joel da Harpa (PP), Clarisa Tércio (PSC) e Cleiton Collins (PP), os ativistas cristãos fizeram rodas de oração no hospital, e médicos do hospital foram chamados de “assassinos”. O Ministério Público do Espírito Santo também apura o vazamento das informações, a atuação de grupos que teriam ameaçado a família da criança e publicações de vídeos e informes que podem ter violado as leis vigentes (Folha de São Paulo, edição de 17 de agosto de 2020).

A Secretaria da Educação do Estado de SP demitiu nesta quarta (19) uma professora de educação básica da rede estadual que publicou em uma rede social mensagens dizendo que o caso da menina de dez anos estuprada no Espírito Santo “não foi nenhuma violência”.

“Ela já tinha vida sexual há quatro anos com esse homem. Deve ter sido bem paga”, afirmou a profissional de educação básica Eliana Nuci de Oliveira em uma postagem. Em outra, ela diz que “crianças se defendem chorando pra mãe, esta menina nunca chorou por quê?”. (Folha de São Paulo, edição de 19 de agosto de 2020).

A partir das notícias jornalísticas apresentadas, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I - A vitimologia pode ser definida como a ciência que estuda a personalidade da vítima na busca do diagnóstico do crime e de sua proteção.

II - O estupro sofrido pela criança configura a vitimização primária.

III- Sobrevitimização é aquela causada pelas instâncias formais de controle social, no decorrer do processo de registro e apuração do crime, com o sofrimento adicional causado pela dinâmica do sistema de justiça criminal.

IV- A conduta da professora demitida no Estado de São Paulo configura o que se entende por vitimização terciária.

V- As ameaças contra família da vítima, investigadas pelo MPES, constituem o que se entende por vitimização secundária.

- a) Apenas uma proposição está errada;
- b) Estão corretas apenas as proposições I, IV e V;
- c) Estão corretas apenas as proposições I, II, III e IV;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Apenas três das proposições estão corretas.

28. O dogmatismo puro e ascético, o idealismo jurídico e a percepção do Direito como fundamento no próprio Direito vêm pautando toda a Política legislativa, sem qualquer preocupação de se produzir uma Ciência Penal, amparada na Criminologia e calcada em uma Política Criminal minimamente racional (Criminologia. MORAES, Alexandre Rocha Almeida; NETO, Ricardo Ferracini. Juspodivm, 2019).

A respeito do tema, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I A criminologia deve se incumbir de fornecer o substrato empírico do sistema, seu fundamento científico.

II O Direito Penal deve se encarregar de converter em proposições jurídicas, gerais e obrigatórias, o saber criminológico esgrimido pela Política Criminal.

III A política criminal deve se incumbir de transformar a experiência criminológica em opções e estratégias concretas assumíveis pelo legislador e pelos poderes públicos

IV A criminologia constitui a sistematização de estratégias, táticas e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

V A criminologia, a política criminal e o Direito Penal são três pilares do sistema das ciências criminais, inseparáveis e interdependentes.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 3 assertivas
- e) Estão corretas 4 assertivas

29. O controle social compreende o conjunto de instituições, estratégias e sanções (legais e/ou sociais), cuja função é promover e garantir a submissão do indivíduo aos modelos e normas sociais. Ele é composto de numerosos sistemas normativos (a ética, o Direito civil, o Direito trabalhista etc.), diversos órgãos ou agentes (a família, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, a Justiça etc.), variadas estratégias de atuação ou respostas (repressão, prevenção, ressocialização etc.), diferentes modalidades de consequências (positivas e negativas); e particulares destinatários (estratos sociais desfavorecidos, estratos sociais privilegiados, criminoso potencial, vítima potencial etc.). No que toca ao controle social, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I São agentes do controle social informal a família, a escola, a profissão e a opinião pública.

II Exercem o controle social formal a polícia, a justiça penal e a administração penitenciária.

III O controle social de primeira seleção é exercido pelo Ministério Público, com o ajuizamento da ação penal.

IV O controle social de terceira seleção decorre do processo judicial.

V O controle social formal de primeira seleção representa a atuação dos órgãos de repressão policial.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 4 assertivas
- e) Estão incorretas todas as assertivas

30. É complicado posicionar a criminologia feminista dentro da divisão paradigmática clássica das teorias criminológicas (criminologia tradicional e criminologia da reação social), e isso se deve à própria natureza questionadora da perspectiva feminista frente à produção de conhecimento de forma geral. A criminologia feminista só foi possível a partir do desenvolvimento da própria teoria feminista. A criminologia feminista, assim, não possui exatamente ferramentas próprias de análise, sendo que suas conclusões e contribuições são, na verdade, aplicações da teoria feminista à própria criminologia. A respeito da criminologia feminista, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I É tema central na criminologia feminista o conceito de patriarcado e suas formas de manifestação.

II Para a criminologia feminista, é o patriarcado que divide a sociedade em “esfera pública” e “esfera privada”, sendo que esta é a esfera em que

majoritariamente são perpetuadas as diferentes violências masculinas contra mulheres (violências patriarcais), decorrentes da ideia de que mulheres são inferiores aos homens.

III A principal contribuição teórica das criminólogas feministas foi identificar que a tese da seletividade não contemplava, em sua origem, a desigualdade de gênero nos diversos grupos sociais.

IV Para a criminologia feminista, a criminologia crítica falha em explicar a violência masculina contra as mulheres e a criminalidade feminina porque parte do pressuposto de que a opressão feminina possui sua origem no capitalismo, ignorando a estrutura do patriarcado.

V De acordo com a criminologia feminista, da mesma forma que o direito penal pode beneficiar uma classe social em detrimento de outra (criminologia crítica), também pode beneficiar uma classe sexual (ou seja, os homens, todos) em detrimento de outra (ou seja, as mulheres, todas).

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está incorreta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 3 assertivas
- e) Estão incorretas todas as assertivas

DIREITO CIVIL

CANCELADO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CANCELADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. Quanto ao grau de eficácia, as normas constitucionais abaixo, conforme posicionamento doutrinário e jurisprudencial, classificam-se, respectivamente, como de eficácia

Art. 5º, inciso V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Art. 230, § 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Art. 37, I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei (...).

- a) programática, limitada e plena.
- b) plena, plena e contida.
- c) plena, limitada e contida.
- d) plena, plena e plena.
- e) plena, contida e limitada.

52. A EC 45/2004 criou o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para controlar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. A respeito desse órgão, indique a assertiva INCORRETA.

- a) O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) Na composição do CNMP, constam dois advogados e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) Cabe ao CNMP rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros

do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

d) O Corregedor nacional será escolhido pelo CNMP, em votação secreta, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução.

e) Cabe ao CNMP, conforme redação da Constituição Federal, avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou aposentadoria compulsória a membros do Ministério Público, além de aplicar outras sanções administrativas.

53. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a única alternativa que contém informação correta:

- a) A reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos para negros contida na Lei 12.990/2014, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, é compatível com o princípio da igualdade material, uma vez que fundada na superação do racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira.
- b) É inconstitucional a fixação de segunda chamada em etapa de concurso público em razão de situações pessoais do candidato, porque a impessoalidade e o interesse público devem reger a Administração Pública. Dessa forma, candidatas gestantes não terão direito à remarcação de exame de aptidão física em concurso público.
- c) A obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas fere a liberdade associativa.
- d) *Habeas corpus* não é medida idônea para impedir a quebra de sigilo de dados em processo judicial criminal.
- e) Admite-se *habeas corpus*, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, para requerer o trancamento de processo administrativo disciplinar que ofende o princípio do devido processo legal.

54. A respeito das Súmulas Vinculantes e da competência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

a) Podem propor Súmula Vinculante os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade, além de outros autorizados por lei infraconstitucional.

b) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

c) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.

d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, mandado de segurança julgado pelo Superior Tribunal de Justiça em última instância.

e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.

55. Mário é prefeito de São Paulo, no exercício de seu primeiro mandato. Maria é esposa de Mário e não possui mandato eletivo. Márcio, neto de Mário, é vereador de São Paulo, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. A respeito da história narrada, indique a alternativa correta.

a) Mário, nas eleições de 2020, só poderá concorrer a prefeito de São Paulo se renunciar ao seu mandato com pelo menos seis meses de antecedência das eleições.

b) Márcio é inelegível prefeito de São Paulo/SP, em razão do parentesco com Mário, mas poderá concorrer a prefeito de Campos do Jordão/SP, caso preencha os demais requisitos legais, como por

exemplo, o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual pretende se candidatar.

c) Maria é inelegível a qualquer cargo dentro do estado de São Paulo.

d) Maria poderá concorrer ao cargo de vereadora de São Paulo, mas não poderá concorrer ao cargo de prefeita da mesma localidade, uma vez que seu esposo é o prefeito, salvo se este renunciar ao seu mandato com mais de seis meses de antecedência das eleições.

e) Márcio é elegível prefeito de São Paulo, uma vez que o grau de parentesco com Mário não está alcançado pela inelegibilidade estabelecida pela Constituição Federal.

56. O Município de Manaus não está conseguindo, sozinho, garantir atendimento nos hospitais públicos, dada a grande proliferação da COVID-19, razão pela qual se constata grave comprometimento da ordem pública e a ofensa aos direitos da pessoa humana. A Assembleia Legislativa do Amazonas solicitou que o Presidente da República decretasse a intervenção federal, para dar solução ao problema. Sobre a história narrada, à luz dos dispositivos constitucionais, indique a única assertiva correta.

a) O Presidente da República, para combater o grave comprometimento da ordem pública, poderia atender à solicitação da Assembleia Legislativa do Amazonas e decretar a intervenção federal no Município de Manaus.

b) A intervenção federal em Estado ou no Distrito Federal, na hipótese de haver ofensa aos direitos da pessoa humana, poderia ser decretada de ofício pelo Presidente da República. Nesse caso, caberia ao Congresso Nacional referendar a medida tomada pelo Chefe do Executivo.

c) Na hipótese de haver grave comprometimento da ordem pública, a decretação da intervenção federal dependeria de requisição do Supremo Tribunal Federal, após julgamento de representação interventiva formulada pelo Procurador-Geral da República.

d) Caso o Presidente da República decretasse a intervenção federal no Estado do Amazonas, para dar solução ao grave comprometimento da ordem pública causado pelo Coronavírus, o decreto dependeria de aprovação do Congresso Nacional, no prazo de 24 horas da data da decretação, em votação secreta, por maioria absoluta de seus membros.

e) O Presidente da República poderia atender à solicitação da Assembleia Legislativa e decretar a intervenção federal no Estado do Amazonas (e não apenas no Município de Manaus). No decreto, o prazo da medida, os procedimentos e a nomeação de interventor devem ser especificados. A efetividade do decreto depende de aprovação do Congresso Nacional, que tem prazo de 24 horas para se manifestar.

57. Com relação ao Poder Legislativo, à Luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da redação da Constituição Federal, assinale a opção INCORRETA.

a) Comissão parlamentar de inquérito municipal não tem a prerrogativa para quebrar diretamente o sigilo bancário de seus investigados, porque município não tem Poder Judiciário.

b) Uma legislatura corresponde a um período de quatro anos. As sessões legislativas no âmbito federal acontecem no período de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. Durante o recesso parlamentar, a contagem do prazo de validade da medida provisória fica suspensa.

c) Deputados e senadores têm sistemas diferentes de eleição. Os deputados são eleitos em conformidade com o sistema proporcional; já os senadores, pelo sistema majoritário. Assim, será eleito deputado o candidato mais votado nas urnas de seu respectivo Estado.

d) Conquanto a Constituição Federal fixe a competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar deputados federais e senadores por crime de responsabilidade, o foro por

prerrogativa de função, segundo o STF, está limitado a crimes praticados no exercício do mandato e na qualidade de parlamentar.

e) A decisão de mérito proferida pelo Senado Federal, no processo de *impeachment* instaurado contra o Presidente da República, por crime de responsabilidade, é irrecorrível.

58. A respeito de conceito, elementos, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.

b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.

c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.

d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.

e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea.

59. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

a) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.

b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal ou estadual.

d) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, ação direta de inconstitucionalidade e nem ação declaratória de constitucionalidade.

e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios.

60. Sobre o estado de defesa e o estado de sítio, indique a assertiva correta.

a) O Presidente da República tem competência para decretar o estado de sítio nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

b) O estado de sítio não poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior.

c) Diferente do que se dá nos casos de decretação do estado de defesa, o Presidente da República deve ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

d) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

e) Durante o estado de defesa, algumas medidas coercitivas poderão ser adotadas, dentre as quais a restrição ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações, e a busca e apreensão em domicílio.

DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Ricardo Torques

61. A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde e tal direito manifesta-se, também, quando da gravidez na adolescência. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar:

a) As gestantes têm direito a nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e o puerpério, sendo-lhes garantido apenas o atendimento pré e perinatal no âmbito do Sistema Único de Saúde.

b) O atendimento pré-natal poderá ser realizado por profissionais da atenção primária ou secundária (especialidades básicas) de saúde.

c) Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, a qualquer momento, ao estabelecimento em que será realizado o parto, de acordo com o suporte que poderá ser prestado à gestante.

d) As gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, assim como aquelas que se encontrem em situação de privação de liberdade, terão direito à assistência psicológica.

e) O Poder Público proporcionará assistência psicológica à mãe exclusivamente no período pós-natal, como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

62. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Quanto à convivência familiar e comunitária, é correto que:

a) A criança ou adolescente inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada a cada 6 (seis) meses, cabendo à autoridade judiciária competente decidir sobre a possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.

b) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito) meses, salvo quando devidamente fundamentada pela autoridade judiciária a necessidade que atenda ao seu superior interesse.

c) A criança e o adolescente têm direito à convivência com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas, previamente autorizadas pela autoridade judiciária competente.

d) Quando comprovada a necessidade que atenda ao seu superior interesse, será permitida a convivência da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

e) A mãe adolescente será assistida por equipe especializada da atenção primária.

63. Crianças e adolescentes em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento. Considerando o regramento apresentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

a) Pessoas físicas e pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

b) O programa de apadrinhamento visa proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição, permitindo convivência familiar e comunitária, bem como desenvolvimento social, moral e cognitivo, sem qualquer aspecto financeiro.

c) O Estatuto exige que haja diferença etária mínima de 16 anos entre a madrinha ou o padrinho e a criança ou adolescente.

d) As crianças e adolescentes poderão ser apadrinhadas em iguais condições de oportunidade.

e) Os programas ou serviços de apadrinhamento serão apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude e poderão ser executados por órgãos públicos, vedada a participação de organizações da sociedade civil.

64. A família natural é reconhecida como a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, mas, nesse caso, exige-se que o reconhecimento seja conjunto.

b) não é admitido o reconhecimento da filiação por testamento, embora seja possível fazê-lo mediante escritura.

c) a família extensa ou ampliada é aquela que vai além da unidade pais e filhos, sendo composta por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém laços de afinidade e afetividade.

d) o reconhecimento da filiação pode proceder o nascimento do filho, mas não é possível suceder-lhe ao falecimento.

e) o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, devendo ser exercitado contra os pais, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

65. As entidades de atendimento não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade. Será deferido o registro à entidade que:

a) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

b) não apresentar plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e estiver regularmente constituída.

c) oferecer instalações físicas em condições adequadas, ainda que esteja irregularmente constituída.

d) apresentar plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e

deixar de cumprir resoluções e deliberações que julgar inconvenientes.

e) apresentar pessoas idôneas em seus quadros, constituição regular e se adequar às resoluções relativas à modalidade de atendimento prestado.

66. O artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) tipifica o crime de corrupção de pessoa menor de 18 anos. Sobre o crime, é correto afirmar:

a) Para o Superior Tribunal de Justiça, o crime de corrupção de menores de 18 anos é classificado como crime material.

b) Caso o agente maior de idade pratique infração penal junto de 2 menores de 18 anos, responde por apenas uma corrupção.

c) Só há a configuração do crime caso o agente maior de 18 anos corrompa o menor ou facilite a sua corrupção para a prática de infração penal.

d) A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.

e) Para fins de dosimetria da pena, não há distinção quanto à natureza da infração penal praticada.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

67. No tocante às sociedades empresárias, assinale a alternativa correta.

a) Na omissão do contrato social, o sócio pode ceder total ou parcialmente suas quotas a quem seja sócio, independentemente da audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de 1/4 do capital social.

b) Nas sociedades limitadas, o capital social pode ser dividido em quotas iguais ou desiguais, pode ser formado por bens corpóreos ou incorpóreos, bem como serviços.

c) Para a alteração do contrato social de uma sociedade limitada, a lei determina que as

deliberações sejam tomadas pelos votos correspondentes a mais da metade do capital do social.

d) O administrador da sociedade limitada pode ser nomeado no contrato social ou por ato separado, sendo que uma das consequências dessa distinção é que o administrador nomeado em contrato deve ser sócio.

e) A inscrição do contrato social no órgão competente não confere personalidade jurídica às sociedades, exceto às sociedades em conta de participação.

68. Na alienação ordinária de bens ocorrida no processo falimentar, observa-se que

a) o sócio da sociedade falida pode arrematar bens no processo falimentar, e referidos bens estarão livres de quaisquer ônus, não ocorrendo sucessão tributária e trabalhista.

b) a presença do “parquet” é dispensável em qualquer modalidade de venda de bens na falência.

c) empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho, e o arrematante não responde por obrigações decorrentes do contrato anterior.

d) o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidentes do trabalho.

e) as modalidades de venda ordinária previstas na Lei no 11.101/05 são: leilão, por lances orais, propostas fechadas e pregão, sendo este último composto por uma única fase que se inicia com lances no mínimo 20% maiores que o valor de avaliação do bem.

69. À luz dos dispositivos legais do Código Civil acerca do direito de empresa, assinale a opção correta a respeito de empresário e de sociedade empresarial.

a) Empresários são tanto aqueles que exercem atividade econômica organizada quanto aqueles que exercem profissões intelectuais, científicas, literárias ou artísticas, ainda que estas atividades não constituam elementos da empresa.

b) Pessoa que exercer atividade própria de empresário, apesar de legalmente impedida, não responderá pelas obrigações contraídas ao longo do exercício empresarial.

c) Sócio que se tornar incapaz poderá, nessa condição, dar continuidade à empresa antes administrada por ele enquanto capaz, desde que seja representado ou assistido por seu tutor ou curador, independentemente de autorização judicial.

d) Em regra, o empresário individual casado sob qualquer regime matrimonial dependerá de outorga conjugal para alienar imóveis que integrem o patrimônio da empresa.

e) Celebram contrato de sociedade as pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica e a partilhar dos resultados, podendo ser restrita a atividade a um ou mais negócios determinados.

70. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida. Essa revogação dar-se-á por ação

a) revocatória, a ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer credor ou pelo administrador judicial em dois anos contados da prática do ato fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratou.

b) declaratória de evicção, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em dois anos contados da prática do ato fraudulento.

c) revocatória, que deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de três anos contados da decretação da falência.

d) de nulidade de negócio jurídico, a ser proposta por qualquer interessado e pelo Ministério Público em dois anos da decretação da falência.

e) pauliana, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em até quatro anos da decretação da falência.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Rodrigo Vaslin / Henrique da Rosa

71. Sobre o mandado de segurança coletivo, assinale a alternativa incorreta:

a) A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interessar apenas a uma parte da respectiva categoria.

b) A liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

c) A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir do mandado de segurança coletivo, ajuizado por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento

d) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

e) Pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

72. No que se refere à legitimidade do MP para o ajuizamento de ações coletivas, marque a alternativa incorreta:

a) O MPF possui legitimidade para propor ação civil pública a fim de debater a cobrança de encargos

bancários supostamente abusivos praticados por instituições financeiras privadas.

b) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, exceto quando decorrentes da prestação de serviço público.

c) O Ministério Público possui legitimidade para propor ACP em defesa de direitos sociais relacionados com o FGTS.

d) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública que vise anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.

e) O Ministério Público possui legitimidade para, no âmbito de ação civil pública em que se discute a execução de parcelamento de solo urbano com alienação de lotes sem aprovação de órgãos públicos competentes, formular pedido de indenização em prol daqueles que adquiriram os lotes irregulares.

73. Sobre o mandado de injunção, analise as alternativas:

I. O mandado de injunção pode ser individual ou coletivo, podendo, nesse último caso, ser promovido pelo Ministério Público.

II. Uma vez transitada em julgado a decisão final, o relator poderá, monocraticamente, estender seus efeitos a casos análogos.

III. De acordo com o STF, o mandado de injunção não é o meio processual adequado para questionar a efetividade e a abrangência da lei regulamentadora.

Estão corretos os itens:

a) I, II e III

b) I e II

c) I e III

d) III

e) Nenhum dos itens.

74. O processo coletivo é formado por diversos princípios básicos. Dentre eles, existe o que afirma não depender a demanda coletiva da vontade das partes, mas, sim, da necessidade social de sua propositura. Em razão disso, entende-se que o

abandono ou desistência da demanda não gera, em regra, sua extinção sem resolução de mérito. Esse princípio é o da:

a) não-taxatividade ou da atipicidade do processo coletivo.

b) adequada representação da ação coletiva.

c) informação e publicidade adequadas.

d) primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo.

e) indisponibilidade da demanda coletiva.

75. Sobre a remessa necessária no processo coletivo, julgue as seguintes assertivas:

I - No mandado de segurança, a remessa necessária ocorre nas hipóteses de sentença de não concessão da ordem.

II - De acordo com o STJ, não se aplica o reexame necessário no caso ação civil pública relacionada à direito individual homogêneo.

III - Na ação popular, o reexame necessário se dá no caso de procedência do pedido ou carência da ação.

a) Todas as afirmativas estão corretas.

b) Todas as afirmativas estão incorretas.

c) Apenas I e II estão corretas.

d) Apenas III está correta.

e) Apenas II está correta.

76. São requisitos para a aplicação da teoria da encampação no mandado de segurança:

a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado e manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas.

b) inexistência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado e manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas.

c) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e ausência de

modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

d) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição, apenas.

e) Ausência de manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas e existência de vínculo hierárquico entre autoridade que prestou informações e que a ordenou a prática do ato impugnado.

77. Considere as seguintes assertivas relacionadas ao habeas data:

I. Habeas data é a garantia constitucional adequada para obtenção, pelo cidadão, de dados concernentes ao pagamento de tributos constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos de arrea fazendária dos entes estatais.

II. É possível a utilização da ação exhibitória como substitutiva do habeas data.

III. O remédio constitucional do habeas data permite que o impetrante obtenha informações cadastrais relativas a todas as partes de um processo do qual seja parte, exceto aquelas protegidas por sigilo bancário.

Estão corretos:

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e III
- e) III.

78. Sobre a ação de improbidade, considere:

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que não configura bis in idem a coexistência de acórdão condenatório do Tribunal de Contas ao ressarcimento do erário com sentença condenatória proferida em ação civil pública por improbidade administrativa.

II Nos termos da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), na fixação das sanções por ela cominadas, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como os antecedentes do agente e o proveito patrimonial por este obtido.

III. As regras de prescrição em improbidade administrativa aplicáveis aos particulares que participam do ato ímprobo são as mesmas do agente público também envolvido.

- a) Apenas o item II está incorreto.
- b) O item I e II estão incorretos.
- c) Os itens I, II e III estão incorretos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) nenhuma das anteriores.

79. Marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Ação Civil Pública:

a) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, desde que haja requerimento do autor.

b) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, exclusivamente.

c) Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

d) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças à Defensoria Pública para as providências cabíveis.

e) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá às vítimas.

80. Assinale a alternativa correta sobre a ação popular:

a) Em regra, cabe ação popular contra decisões judiciais.

b) A legitimidade ativa para sua impetração é somente do brasileiro nato.

c) De acordo com o STJ, o rol de bens protegidos pela ação popular é exemplificativo, o que torna cabível a ação popular para a defesa de consumidores.

d) A ação popular se presta à tutela de interesses difusos, tornando seu objeto é mais restrito que o da ação civil pública.

e) O Ministério Público atuará como *custus legis*, emitindo pareceres e sendo intimado de todos os atos depois de ouvidas as partes, podendo, também, exercer a defesa dos atos impugnados ou de seus autores.

81. Pode-se apontar como características do modelo das Class Actions de tutela jurisdicional dos direitos coletivos, exceto:

- a) legitimidade do indivíduo ou grupo de indivíduos, caracterizada pela presença do forte controle judicial da “adequada representação”;
- b) vinculatividade da coisa julgada para toda a classe, quer beneficiando-a, quer prejudicando-a, no caso de improcedência da ação;
- c) adequada notificação para aderir à iniciativa;
- d) atribuição de amplos poderes ao juiz (defining function), diferenciando o modelo tradicional de litígio (vinculado à atividade das partes e neutralidade do juiz) do modelo de Processo Coletivo vinculado à tutela do interesse público;
- e) a tutela predominantemente permitida em juízo é somente aquela em que o pedido contém uma tutela inibitória ou injuncional, voltadas para as obrigações de fazer e não fazer.

82. De acordo com a Lei 7.347, as ações coletivas para a recomposição do dano sofrido devem ser ajuizadas no foro

- a) do local do dano e é improrrogável.
- b) do domicílio do autor e é improrrogável.
- c) da sede de qualquer um dos legitimados ativos e é improrrogável.
- d) do domicílio do réu e é prorrogável.
- e) de escolha do autor e é prorrogável.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

83. Assinale a alternativa correta sobre a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a

Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH):

- a) A Convenção veda qualquer prisão por dívida, ressalvada a hipótese do devedor de alimentos. Considerando que o caráter supralegal da CADH, entendeu-se que houve revogação tácita do art. 5º, LXVII da Constituição Federal.
- b) O Superior Tribunal de Justiça entende que desacatar funcionário público no exercício de sua função ou em razão dela continua a ser crime e não há qualquer afronta à CADH.
- c) Ao realizar o controle de convencionalidade entre o crime de desacato a funcionário público e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que a manutenção da tipificação do desacato implica o descumprimento da Convenção.
- d) O Princípio do *Nemo Tenetur se Detegere* implica a desconsideração, de forma absoluta, do teor do depoimento feito quando o sujeito escolhe confessar o ato delituoso cometido, ainda que presentes outros elementos de convicção quanto aos fatos.
- e) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos assegura a realização da audiência de custódia no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

84. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é um marco na internacionalização desses direitos, sendo fortemente influenciada pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Assinale a alternativa que expressa uma previsão da mencionada declaração:

- a) Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar de asilo em outros países. Este direito pode ser invocado no caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.
- b) Ninguém será submetido a pena de morte, salvo em caso de guerra declarada.
- c) Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na

sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.

d) Toda a pessoa, individual ou coletivamente, tem direito à propriedade. A propriedade atenderá à sua função social.

e) Todo homem tem direito a uma nacionalidade e dela não poderá ser privado.

85. Uma das características dos Direitos Humanos é a sua historicidade, ou seja, decorrem de uma formação histórica, surgindo e se solidificando conforme a evolução da sociedade. Em razão disso, a doutrina apresenta gerações (dimensões) dos direitos humanos. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) A 1ª geração dos direitos humanos expressa o desejo de liberdade da sociedade, que passava do Estado Absolutista para o Estado Liberal. São exemplos desses direitos: direitos sociais, culturais, econômicos e culturais.

b) A 2ª geração dos direitos humanos relaciona-se à busca por igualdade da sociedade, que saía do Estado Liberal para o Estado Social. São exemplos desses direitos: direitos civis (liberdades públicas) e direitos políticos, liberdade de manifestação, de reunião e de associação.

c) A 3ª geração dos direitos humanos consagra o sentimento de fraternidade entre os indivíduos, fortemente marcados pelas atrocidades das guerras mundiais. São exemplos desses direitos: direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito do consumidor e proteção ao patrimônio histórico-cultural.

d) A 4ª geração dos direitos humanos, segundo Norberto Bobbio, seriam aqueles relacionados à tutela da democracia, o direito à informação, o respeito ao pluralismo político e, também, a bioética.

e) A 4ª geração dos direitos humanos, para Paulo Bonavides, é marcada pelos avanços no campo da engenharia genética, que podem colocar em risco a própria existência humana, de modo que as pesquisas biológicas e a manipulação do patrimônio genético

das pessoas ocupam relevante espaço nesse momento histórico.

86. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, foi incorporada ao Direito Brasileiro por meio do Decreto nº 678/1992. De acordo com a Convenção:

a) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o nascimento com vida.

b) Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

c) A pena de morte não pode ser aplicada por delitos políticos, mas poderá atingir delitos comuns conexos com delitos políticos.

d) A pena de morte pode ser imposta a qualquer pessoa indistintamente, salvo aos menores de dezoito anos.

e) A pena de morte retira do condenado todos os seus direitos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

87. São atos de improbidade administrativa que violam princípios, exceto

a) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência

b) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício

c) agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público

d) negar publicidade aos atos oficiais

e) frustrar a licitude de concurso público

88. De acordo com os entendimentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca da temática improbidade administrativa, julgue os itens abaixo:

I - A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

II - Não há improbidade administrativa na prática de eventuais abusos perpetrados por agentes públicos durante abordagem policial, caso os ofendidos pela conduta sejam particulares que não estavam no exercício de função pública.

III - Ação Civil de perda de cargo de Promotor de Justiça cuja causa de pedir não esteja vinculada a ilícito capitulado na Lei n. 8.429/1992 deve ser julgada pelo Tribunal de Justiça

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Apenas o item III está errado
- c) Os itens II e III estão errados
- d) Apenas o item I está correto
- e) Todos os itens estão errados

89. Sobre a comissão de licitação, julgue os itens abaixo:

I - A comissão será composta por, no mínimo 3 membros, sendo pelo menos, 2 deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da administração responsáveis pela licitação.

II - Na modalidade Convite, em caso excepcional, a comissão poderá ser substituída por um servidor formalmente designado pela autoridade competente

III - Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, independente de posição individual contrária.

- a) Apenas o item I está correto
- b) Todos os itens estão corretos
- c) Todos os itens estão incorretos
- d) Apenas o Item I e II estão incorretos
- e) O item III está incorreto.

90. São princípios licitatórios expressos na Lei nº 8.666/93, exceto:

- a) Princípio da Legalidade
- b) Princípio da Impessoalidade
- c) Princípio da Moralidade
- d) Princípio da Publicidade
- e) Princípio da Eficiência

91. De acordo com os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal, marque a assertiva incorreta:

- a) A acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexistente tal requisito na Constituição Federal.
- b) Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais, em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.
- c) É indevida a indenização por danos materiais a candidato aprovado em concurso público cuja nomeação tardia decorreu de decisão judicial.

d) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), empresa pública federal, pode ser contratada sem licitação, com fundamento no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93, para a prestação de serviços de logística

e) É possível ao STF fazer a revisão do mérito das decisões do CNJ.

92. Ainda sobre os recentes posicionamentos do STF sobre o Direito Administrativo, marque a assertiva incorreta:

- a) É inconstitucional o provimento de pessoas para exercerem a função de titular de serventias judiciais, com caráter privado após a CF/88
- b) Os candidatos em concurso público não têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo se houver previsão no edital permitindo essa possibilidade.
- c) É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.
- d) Não deve ser determinada a devolução de valores recebidos de boa-fé por servidor público, percebidos a título precário no período em que liminar produziu efeitos.
- e) É constitucional determinação judicial que decreta a constrição de bens de sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos em regime não concorrencial, para fins de pagamento de débitos trabalhistas.

93. No que tange à parceria público-privada, considerando os termos da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- b) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- c) A contratação de parceria público-privada não se aplica às sociedades de economia mista.
- d) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão e permissão, nas modalidades patrocinada ou administrativa.
- e) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

94. Sobre a Lei nº 13.303/16, marque a assertiva correta:

- a) Os contratos celebrados pelas Empresas Estatais regulam-se pelas suas cláusulas, pelo disposto na Lei nº 13.303/16 e pelos preceitos de direito público
- b) A duração dos contratos celebrados por uma Empresa Pública não poderá exceder, como regra, a 12 meses.
- c) Os contratos celebrados pelas Estatais somente poderão ser alterados por acordo entre as partes

d) O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

e) É vedado exigir garantias nos contratos regidos pela Lei nº 13.303/16.

95. Em relação aos bens públicos, é correto afirmar:

a) A desafetação suprime a finalidade pública de um bem, eliminando algum de seus atributos, como o da disponibilidade, transformando, assim, um bem de uso comum do povo em um bem de uso especial.

b) A afetação de um bem a um serviço público somente pode ser feita por meio de lei, não podendo ser feita por ato administrativo nem pelo mero uso do bem.

c) É possível haver sequestro de valores nas contas de ente público, por meio de comando judicial, quando a pretensão visa a assegurar direitos fundamentais, como educação e saúde.

d) Os bens públicos não estão sujeitos à prescrição aquisitiva, salvo os dominicais.

e) A alienação de bens públicos móveis inservíveis, embora dispensada a autorização legislativa e a demonstração do interesse público a justificar o ato, está condicionada à modalidade licitatória de concorrência.

96. Um ente federado tem interesse em preservar um bem de valor histórico, consistente na casa em que

nasceu e viveu um escritor famoso nacional e internacionalmente. Pretendendo que o imóvel seja mantido inalterado e que lá seja instalado um museu a respeito da obra do escritor, a Municipalidade deverá

A) desapropriar o imóvel.

B) tombar o imóvel.

C) instituir um tombamento de uso do imóvel.

D) requisitar o imóvel.

E) instituir servidão administrativa sobre o imóvel.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

97. Pato Donald, candidato a Vereador no pleito de 2020, responde uma representação na justiça eleitoral para apurar prática de captação ilícita de sufrágio. Mickey Mouse, candidato a Prefeito, responde a uma representação na justiça eleitoral para apurar violação das regras sobre arrecadação e gastos de campanha eleitoral. Ambos foram eleitos. Sobre o tema, e considerando o regime das inelegibilidades, é correto afirmar que:

a) Se Pato Donald for condenado pelo juiz eleitoral ficará inelegível e não poderá disputar eleição para Deputado em 2022, ainda que recorra da decisão ao Tribunal Regional Eleitoral.

b) Se Pato Donald for condenado pelo juiz eleitoral e a condenação for confirmada pelo TRE ou pelo TSE, ficará inelegível pelo prazo de 8 anos a contar da eleição, sendo que o prazo de 8 anos tem termo inicial no dia do primeiro turno da eleição e termo final no dia da eleição no oitavo ano seguinte.

c) Se ficar configurado que Mickey Mouse violou as regras sobre aplicação e gastos de recursos financeiros em campanha ele terá o diploma cassado e ficará inelegível.

d) Se ficar configurado que Mickey Mouse violou as regras sobre aplicação e gastos de recursos financeiros em campanha, a sanção de cassação do

diploma, e a consequente inelegibilidade, somente deverá ser aplicada se for identificada gravidade na conduta e potencialidade de interferir no resultado eleitoral.

e) Se o juiz eleitoral condenar Mickey Mouse e determinar a cassação do diploma, bem como a inelegibilidade, e essa decisão for mantida pelo TRE, o Tribunal Superior Eleitoral não poderá, ao apreciar recurso interposto contra a decisão, deferir medida cautelar para suspender os efeitos da inelegibilidade.

98. Identificada fraude na cota de gênero no registro de candidatura para as eleições proporcionais, em virtude de candidaturas femininas “de fachada”, deve o órgão competente da justiça eleitoral:

a) Cassar o registro/diploma de todos os candidatos registrados pelo partido e pronunciar a inelegibilidade de todos os candidatos registrados pelo partido.

b) Cassar o registro/diploma apenas das candidatas femininas fraudulentas e pronunciar a inelegibilidade apenas dessas candidatas.

c) Cassar o registro/diploma apenas das candidatas femininas fraudulentas e pronunciar a inelegibilidade de todos os candidatos registrados pelo partido.

d) Cassar o registro/diploma de todos os candidatos registrados pelo partido e pronunciar a inelegibilidade apenas dos candidatos que tiverem cometido, praticado ou anuído com a fraude.

e) Cassar o registro/diploma apenas das candidatas femininas fraudulentas e não pronunciar a inelegibilidade de nenhum candidato.

99. Acerca da propaganda eleitoral no dia da eleição, é incorreto afirmar que:

a) É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada

exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos

b) Constitui crime, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.

c) Constituem crimes, no dia da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna, a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos e publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet de que trata o art. 57-B da Lei 9.504/1997, podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.

d) Aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, só é permitido que, em seus crachás, constem o nome e a sigla do partido político ou coligação a que sirvam, vedada a padronização do vestuário.

e) No recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras, é proibido aos servidores da Justiça Eleitoral, aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de partido político, de coligação ou de candidato.

100. Sobre as condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, é correto afirmar que:

a) No ano em que se realizar eleição, não incide restrição sobre a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública.

b) No ano em que se realizar eleição, fica proibida integralmente a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública.

c) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto apenas nos casos de calamidade pública ou de estado de emergência.

d) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

e) Nos anos eleitorais, os programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Membros-do-MP-13-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
